

# Microfilmagem & Digitalização

## A coexistência pacífica

---

MARIA LUÍSA CABRAL

### O contexto geral

De há um tempo a esta parte, as bibliotecas e arquivos têm vindo a debater-se entre a necessidade e urgência de garantir a transferência de suporte do conteúdo intelectual dos documentos e o tipo de suporte para o qual se deverá fazer essa transferência. Este debate tem sido muito sério nos Estados Unidos, no Reino Unido, na Alemanha\*, na Holanda ou na Austrália. Em Portugal nem tanto. É prova do que afirmo a vasta bibliografia original, toda resultante de investigação prolongada e séria, publicada, por exemplo, nos Estados Unidos pela Commission on Preservation and Access (Washington, DC). No Reino Unido ultimam-se agora relatórios sobre o problema cujo conteúdo só poderá vir, estou segura, a confirmar o que os americanos vêm dizendo. Diria que a situação em França é muito mais parecida com a nossa: talvez o debate tenha acontecido; talvez mesmo algumas instituições tenham pesado os prós e os contras de cada uma das alternativas existentes para transferir a mensagem impressa, mas as opções são tomadas numa perspectiva a curto prazo o que, inevitavelmente, ameaça a fiabilidade dessas mesmas opções. O projecto em curso na Bibliothèque nationale de France, em matéria de digitalização, é magnífico mas não deixa de ter o objectivo preciso e bem concreto de estar ao serviço do acesso. Mesmo com grande apoio financeiro (e político) o projecto pretende criar uma biblioteca de referência, enciclopédica para:

---

\* O trabalho de Weber e Dörr que neste número se publica denota bem o investimento que se faz.

1. melhorar a comunicação da própria biblioteca;
2. permitir a consulta à distância;
3. melhorar a gestão das colecções evitando o manuseio das obras frágeis. Não se fala em substituir por outro suporte; refere-se, sim, em facilitar o acesso.

Entre os modelos saxónico e francófono, não hesito em afirmar que preferiria ver as instituições e os profissionais portugueses enveredarem pelo primeiro porque:

1. apesar do sucesso imediato da digitalização, sempre se acautela o longo prazo;
2. a abordagem saxónica revela uma atitude mais amadurecida, mais bem fundamentada, mais profissional. Não é a primeira vez que demonstro a minha inclinação saxónica e os anos apenas ajudam a reforçá-la.

No presente artigo, de bibliotecário para bibliotecário e arquivista, tentarei explicar do que trata a microfilmagem, e também a digitalização. Tentarei enumerar as características positivas e negativas de cada processo, como e quando se aplicam e, por último, tentarei provar como um e outro processo não se opõem, antes se complementam. Afinal, como coexistem.

### O dilema a enfrentar

Antes de explicar os processos técnicos em causa, importa esclarecer as origens do nosso dilema. A razão tem sido muito divulgada: as bibliotecas e os arquivos do mundo debatem-se com o gravíssimo problema que constitui a deterioração do papel. Sob os nossos olhos o papel, sobretudo o papel do século XIX, amarelece, enfraquece e quebra. Dizem as fontes norte-americanas que 25% dos documentos à guarda das bibliotecas e arquivos de todo o mundo estão em vias de desaparecimento. Em Portugal não temos certezas tão assumidas, mas o conhecimento real das nossas colecções leva-nos a conclusões semelhantes. Transferir a informação para outro suporte surge como a resposta certa para atenuar o problema, uma solução temporária, nunca uma solução definitiva já que, bibliotecários e arquivistas, mais não podem ambicionar do que adiar aquela morte anunciada. Transferir o conteúdo intelectual não será a única alternativa mas, em todo o caso, a resposta que mais ao alcance das nossas mãos e capacidade está. Mesmo das mãos dos *déciseurs* e profissionais portugueses da informação. Se a

prática vem ao encontro das minhas palavras? Não vem. Desculpar-me-ão os colegas portugueses se os não mencionar mas, tanto quanto consegui recolher, apenas cinco instituições portuguesas, entre bibliotecas e arquivos, executam microfilme com regularidade; dessas cinco, diria que três começam a ter algumas preocupações com a qualidade do microfilme que executam procurando, de facto, produzir o chamado «microfilme de preservação».

Contudo, e apesar desta exiguidade, nem tudo está perdido se pensarmos que, mesmo nos Estados Unidos, é a publicação, em 1986, do relatório *Brittle Books* pelo Council on Library Resources (CLR) que desperta verdadeiramente as consciências para o problema geral de deterioração do papel. Para o CLR a prioridade são os livros, tendo ficado bem definido que o acesso àquilo que se preserva (os livros, os artefactos) é tão importante como a preservação da própria informação. O microfilme apresenta-se, então, como o processo técnico que permite estruturar e levar a cabo um vasto programa de âmbito federal (nacional) para salvaguarda duma herança que é colectiva<sup>1</sup>.

É menos importante conhecer os motivos que levaram os norte-americanos a optar por lançar um programa para salvaguarda dos livros do que saber que:

1. existe um programa para transferência regular, sistemática e global de transferência de suporte;
2. o processo técnico seleccionado foi o microfilme;
3. ficou definido, como preocupação fundamental do programa, a garantia inalienável ao acesso, sendo as cópias dos microfilmes, quando encomendadas, feitas pelo simples custo de produção.

O relatório da Conferência de Bellagio<sup>2</sup>, sete anos mais tarde, mais não fez do que sublinhar e reforçar a necessidade de preservar a memória colectiva, impressa ou manuscrita sobre papel, em perigo de desintegração. Também não interessa discutir se a opção deveria ter sido dirigida para os livros ou para os jornais. Os norte-americanos mantiveram o sentido pragmático, avançaram e hoje podem contar-nos da sua experiência, publicaram bibliografia q.b. sobre os procedimentos técnicos a ter em conta na produção do

---

<sup>1</sup> *Preservation microfilming: a guide for librarians and archivists*. Edited by Lisa Fox. 2nd ed. Chicago and London: American Library Association, 1996.

<sup>2</sup> *Preserving the intellectual heritage: a report of the Bellagio Conference, June 7-10, 1993 held at the Rockefeller Foundation Study and Conference Center in Bellagio, Italy*. – Washington, DC: CP&A, 1993.

microfilme de preservação, e, apoiados nesse trabalho contínuo e sistemático, procedem à indispensável investigação que lhes permitirá outras opções.

No virar do século, as bibliotecas e arquivos portugueses ainda não encararam com conhecimento de causa e seriedade (as colecções nunca foram diagnosticadas) a extensão do problema que têm entre mãos. Caminham mais depressa do que gostarão de admitir para a realidade virtual e, sem um desígnio colectivo ou nacional, acarinham projectos de digitalização. Paradoxalmente há mais bibliotecas e arquivos envolvidos em projectos de digitalização do que em projectos de microfilmagem. Voltarei a esta situação contraditória tentando demonstrar como as bibliotecas e arquivos dispõem das ferramentas-base que permitiriam com solidez e sucesso a organização e execução dum Plano Nacional de Microfilmagem.

As conclusões da Conferência de Bellagio transmitem a experiência americana aos europeus em geral mas, no caso português, esse conhecimento prático ajusta-se como uma luva. E passo a citar em tradução livre:

[...] a cooperação entre bibliotecas autónomas e muito orgulhosas da sua história é particularmente difícil como é absolutamente imprescindível associar os objectivos e uma visão a longo prazo. A enorme força do hábito e da tradição fazem com que os investigadores e os bibliotecários resistam ao microfilme como uma forma de acesso e fá-los tentar a todo o custo manter os livros fragilizados nas estantes. Estes hábitos antigos persistem apesar de se ter tornado evidente que os investigadores exigem cada vez mais um maior acesso embora não possam viajar como o faziam de biblioteca para biblioteca e a falta de espaço nas bibliotecas seja cada vez mais agudo. [...] a estratégia assenta, portanto, em três princípios: 1º separar (os livros) em condições de tratar daqueles que já não o estão; 2º encorajar a cooperação e a partilha de responsabilidade e 3º assegurar um amplo acesso aos documentos preservados<sup>3</sup>.

Livros ou jornais, será que esta dicotomia interessa assim tanto? Talvez interesse, mas então precisamos de discutir e chegar a um consenso na base muito simples de que não poderemos fazer tudo ao mesmo tempo e que essa tentativa – estulta – corresponderia ao aborto deliberado de qualquer projecto.

### **Microfilmagem e digitalização como processos técnicos**

Microfilmagem e digitalização são efectivamente as duas alternativas que se colocam habitualmente quando se discute a transferência do

<sup>3</sup> Cf. *Bellagio Conference*.

conteúdo intelectual dos documentos. Regra geral, de forma autónoma. O seu cruzamento como solução alternativa, uma terceira via, é uma consideração recente e voltaremos a ela.

A microfilmagem é uma técnica de miniaturização sobre filme, de preferência de 35 mm, de qualquer documento existente em suporte de papel com o objectivo de preservar o seu conteúdo intelectual para o futuro. Trata-se duma técnica com largos anos de prática e investigação tendo em vista o seu próprio melhoramento, perfeitamente regulamentado, alicerçado num conjunto de normas internacionais que nos dão uma tremenda garantia de qualidade e fiabilidade. Sendo produzido e mantido em condições óptimas, o microfilme garante uma vida longa de vários séculos<sup>4</sup>.

A estes princípios gerais que definem o microfilme é absolutamente indispensável, para bibliotecas e arquivos, acrescentar o novo conceito de «microfilme de preservação». Um «microfilme de preservação» resulta do conjunto de actividades de selecção, preparação, produção, controlo de qualidade, controlo bibliográfico e armazenamento levadas a cabo para preservar o conteúdo intelectual de espécies deterioradas, instáveis ou estragadas, fornecendo uma cópia de segurança ou uma cópia para uso reduzindo o manuseamento das espécies originais. A produção do «microfilme de preservação» prevê a utilização de matérias-primas ou o recurso a métodos que têm uma longevidade máxima e prevê a produção duma matriz em filme negativo que será armazenada num depósito sob rigorosas condições de ambiente e apenas utilizado para produzir uma cópia de reprodução<sup>5, 6</sup>.

As vantagens do microfilme facilmente identificáveis são os custos previsíveis com baixo custo de produção e de manutenção; o baixo custo do equipamento necessário à sua leitura; o facto de não oferecer riscos; o reconhecimento do seu valor legal e de arquivo; a enorme compactação que permite relativamente à documentação original (cerca de 98%); a segurança facilitada pelo pequeno volume; a normalização fixa. Como não há bela sem senão, eis uma lista de aspectos menos apelativos: a lentidão na pesquisa; a pesquisa sequencial; a utilização em monoposto; a rápida deterioração devido às sucessivas cópias; a consulta incómoda e fatigante.

<sup>4</sup> Maria Luísa CABRAL, «Para uma estratégia em Preservação e Conservação na Biblioteca Nacional», *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, (2) Primavera 1998, p. 199-208.

<sup>5</sup> *Preservation microfilming: a guide for librarians and archivists*. Edited by Lisa Fox. 2nd ed. Chicago; London: American Library Association, 1996.

<sup>6</sup> *RLG Preservation microfilming handbook*. Edited by Nancy E. Elkington. Mountain View, CA: RLG, 1992.

A microfilmagem, como ferramenta ao serviço da preservação, tem como objectivo reduzir o manuseamento do próprio documento e como substituto do documento tem papel relevante nas políticas de difusão e acesso à informação. Na execução do microfilme há que garantir a produção de três filmes com destinos diferentes: um filme original negativo (a matriz), em saís de prata, que ficará reservado para sempre, em casa forte climatizada em permanência e de preferência fora da instituição detentora das espécies bibliográficas microfilmadas; uma cópia (filme de 2ª geração) em prata, positivo, a considerar como *backup* a partir do qual se podem fazer reproduções a pedido e uma outra, em diazo positivo, que será o exemplar para consulta e leitura local. A cópia em diazo poderá estar guardada nas próprias salas de leitura e não requer os mesmos cuidados de climatização que a matriz em saís de prata.

Todos os documentos gráficos podem ser microfilmados. Para o serem, os de grande dimensão, como os jornais, têm de ser preparados: primeiro, «desmanchados» se estiverem encadernados, isto é, as pastas e a lombada têm de ser separadas do miolo; depois, os cadernos separados por folhas; e se o estado físico o exigir, será preciso uma intervenção laboratorial, a qual pode ser mais ou menos intensiva, antes da própria microfilmagem ou uma simples engomadela para obstar a eventuais vincos e dobras do papel. Assim, a microfilmagem não se apresenta como uma acção imediatista. A microfilmagem exige uma ponderação espécie a espécie e uma preparação individualizada. Também após a microfilmagem ainda se pode pôr o problema da reencadernação ou não dessas espécies. As mais das vezes, a opção é pelo armazenamento das espécies devidamente acondicionadas sem voltarem a ser reencadernadas (se era o caso) porque é economicamente mais rentável e, assim como assim, o documento de substituição já está garantido. Há bibliotecas que optam por eliminar os jornais uma vez microfilmados. Trata-se de solução extrema apenas a colocar quando o espaço é de todo inexistente ou quando a biblioteca não tem, de facto, obrigação patrimonial.

Uma vez que a microfilmagem das obras as danifica, e basta lembrar o esforço a que a encadernação dos livros é submetida mesmo se as máquinas estiverem providas de «berço», convém assegurar que o microfilme seja executado e guardado segundo todas as regras e cuidados de forma a que a espécie microfilmada possa ser arrumada com carácter definitivo já que um documento microfilmado, por princípio, nunca mais vai à leitura.

A outra alternativa técnica para a transferência de suporte do conteúdo intelectual dos documentos é a digitalização. Fugindo a

uma definição demasiado técnica, adiantaria que se trata de um processo que permite a «fotografia electrónica» capturada directamente do documento original. Uma imagem digital pode com exactidão proporcionar a informação, a disposição e a apresentação do documento original, incluindo os caracteres tipográficos, as anotações, os defeitos quaisquer que eles sejam, e as ilustrações. Uma imagem digital é um conjunto de pontos ou elementos picturais (*pixels*). Quanto maior for o número de píxeis, maior a resolução que se consegue. Cada pixel tem um valor tonal (preto, branco, tons de cinzento ou cor) e é representado digitalmente por um código binário (*bits*). Estes *bits* estão armazenados em computador numa ordem sequencial e a qualidade das imagens digitais depende da resolução na captura inicial. As imagens digitais armazenadas em ficheiro não podem ser pesquisadas só por si, exigindo a criação duma base de dados.

Bastará esta introdução para facilmente se perceber a sofisticação do processo e, sofisticado como é, faz-se acompanhar por um conjunto de vantagens, a saber:

- 1º fidelidade ao original;
- 2º manutenção da qualidade inicial independentemente do número de cópias;
- 3º distribuição em rede com uso múltiplo;
- 4º utilização da imagem «à medida».

Contraopondo a estas características positivas, a digitalização enfrenta:

- 1º a rápida evolução tecnológica;
- 2º as restrições legais incluindo as questões relacionadas com os direitos de autor;
- 3º a falta de normalização;
- 4º os requisitos para a migração;
- 5º a falta de apoios institucionais;
- 6º a dificuldade de armazenagem;
- 7º a falta de apoio e estabilidade por parte das firmas.

Lista pesada esta de desvantagens para instituições de carácter cultural! Mesmo que o único objectivo da digitalização seja o de facilitar e alargar o acesso à informação, a verdade é que muito trabalho de preservação fica feito pelo caminho. Enquanto passamos a suporte electrónico alguma informação com a preocupação de divulgar documentos desta biblioteca ou daquele arquivo, podemos ao mesmo tempo, executar o plano de microfilmagem cobrindo núcleos

igualmente importantes. A nossa atenção deverá, assim, ter em consideração esta simultaneidade temporal evitando sobreposições e mesmo duplicações no levar à prática uma estratégia de preservação. A consideração da digitalização apenas para preservar pode, no entanto, ser problemática. E cito:

*[...] many university libraries have been creating or collecting digital information in a range of standard and proprietary formats. Each of these formats continues to evolve, becoming more complex as revised software versions add new features or functionality. It is not uncommon for software enhancements to «orphan», or leave unreadable, files generated by earlier versions. This threat to digital information of a certain age has surpassed the immediate danger of unstable media or obsolete hardware. The most pressing problem confronting managers of digital collections is now software and data-format obsolescence<sup>7</sup>.*

Mas já não o é quando se pensa no acesso. Reside aí a enorme diferença entre a digitalização e o microfilme e a gigantesca vantagem daquela sobre este. Com os dados disponíveis em suporte electrónico a distribuição em rede é possível e, assim, recuar perante esta oferta pareceria uma aberração. É esta questão que deve ser particularmente tida em atenção e esta pode ser a questão decisiva.

### Dois tempos, dois lugares

A enumeração das vantagens dum e doutro processo torna claro como eles se adaptam, igualmente, à transferência de suporte. Até aqui, os propósitos de cada solução são idênticos e não fossem outras as preocupações, o problema seria apenas de coexistência, possivelmente a desempatar por simples motivos financeiros.

A verdadeira questão que se equaciona, porém, prende-se com a durabilidade da informação nos novos suportes alternativos. Indissociável da durabilidade, põe-se o problema da utilização dessa informação, assim sob a nova roupagem. Trata-se de preocupações mais ou menos disfarçadas pelo enunciado das características respectivas. Assim, o reconhecimento do valor legal e de arquivo do microfilme indica implicitamente um longo tempo de vida; considerar o microfilme como um processo técnico normalizado é atribuir-lhe um nível de amadurecimento técnico logo, uma grande

<sup>7</sup> James M. MORRIS, «Cornell Project will assess risks of migration strategy», *CLIR ISSUES*, (4), Jul-Aug. 1998, p. 1, 4.



estabilidade. Por seu lado, a digitalização garante uma fidelidade invejável ao original – na definição, na cor, nas manchas, na visualização das características do papel. Pelo contrário, a sua componente electrónica, amarra a digitalização à rápida evolução tecnológica, e a turbulência inevitável instala-se. De repente, a cisão. Em todos os aspectos relacionados com a armazenagem, o microfilme adianta-se, senhor da situação; por oposição, em todos os aspectos relacionados com a difusão, a digitalização recolhe maior votação. Qual ciclo de vida, a digitalização denota uma dinâmica e energia impensáveis na microfilmagem em plena idade madura, tranquila para quem a mudança não é muito querida.

A conclusão para a qual vamos caminhando coloca, dum lado, a microfilmagem como solução eleita para a preservação e, do outro lado, a digitalização como forma privilegiada para a comunicação e o acesso. Esta dicotomia, pesando custos e equipamento, durabilidade e transportabilidade da informação, flexibilidade de manuseamento e qualidade de imagem, vai-se tornando muito nítida. Sem mágoa nem ressentimento. Como, aliás, foi dito e repetido recentemente nas intervenções proferidas por Peter Fox (Cambridge University Library) e Daniel Renoult (Bibliothèque nationale de France) na Conferência da LIBER<sup>8</sup>.

### Uma solução mista

As bibliotecas e arquivos estão aí para guardar (preservar) e para difundir (facultar o acesso). Embora se reconheça um certo conflito de objectivos, está-se longe de uma real incompatibilidade. Curioso constatar que idêntica complementaridade se aplica à microfilmagem e digitalização. Contudo, mais do que a simples coexistência, aquilo que a microfilmagem começa pode, com benefício, ser terminado pela digitalização.

Os microfilmes podem servir de base para a digitalização. Ou seja, podem executar-se microfilmes para preservar e, a partir deles, executar a digitalização para o acesso em rede. Esta parece ser uma solução consensual pelo menos enquanto não se tem uma certeza absoluta sobre a durabilidade do suporte electrónico.

Designando-a como «solução híbrida», Willis analisa pormenorizadamente as soluções em jogo, confronta vantagens e desvantagens, para concluir de forma inapelável que:

<sup>8</sup> «Short-term, long-term strategies: conflict or harmony?», *LIBER Annual Conference*, Paris, 30 June - 4 July 1998.

[...] however filming first, and creating digital images by selectively scanning the film seems to be the least risky current preservation option provided that appropriate attention is paid to indexing the filmed collection<sup>9</sup>.

E mais adiante, no mesmo relatório:

[...] today, according to a traditional definition film is the only truly archival medium. It will not become obsolete in the foreseeable future. Optical disk will be viewed as the permanent, low-cost, removable, random access storage media. Magnetic products (tape and disk) will continue to increase in storage capacity and reliability while decreasing in cost. Magnetic disk will provide temporary working storage for all work-in-process on all future image systems. Optical tape, too, bears storage for all work-in-process on all future image systems. Optical tape, too, bears watching. In configuring the ideal image storage system, the knowledgeable designer will construct a hierarchy of storage that takes advantage of the strength, access characteristics, longevity, and cost of each storage product to produce the greatest benefit at the least cost<sup>10</sup>.

O desafio está, pois, lançado. Dum lado, o microfilme com o seu registo exacto e sequencial; do outro, o suporte electrónico a permitir uma informação mais à medida do utilizador, liberto da própria ordem documental. Enquanto aguardamos pela indispensável normalização tecnológica, podemos criar os suportes electrónicos que entendermos de acordo com as audiências a que se destinam. Estes suportes electrónicos assim concebidos têm um tempo de vida limitado, mas importa isso perante a mais valia que uma informação rica e variada representa junto do público? Sem esquecer evidentemente que durante esse tempo, se pôs, de facto, em marcha um verdadeiro programa de preservação preventiva.

*While most librarians will agree that digital surrogates play a role in preventive preservation by allowing patrons to use fragile or poorly preserved items to which they might not normally have unrestricted access in a reading room, there is no consensus about the role of digital files in preserving the information contained in the original. And that is likely to remain the case as long as standards have not been agreed upon and the technology continues to evolve<sup>11</sup>.*

Porque, afinal:

*The challenge of the future tense for preservation professionals is to continue to look beyond the object to the medium, and beyond the medium to the creator and the user, and embrace responsibility for longterm custody of all forms of recorded information to ensure continued access to them. The challenge for library and*

<sup>9</sup> Don WILLIS, *A hybrid systems approach to preservation of printed materials*. Washington, DC: The Commission on Preservation and Access, 1992, p. 16.

<sup>10</sup> Don WILLIS, *A hybrid systems approach to preservation of printed materials*. Washington, DC: The Commission on Preservation and Access, 1992, p. 29.

<sup>11</sup> Abby SMITH, «Digitization prompts new preservation-and-access strategies», *CLIR ISSUES*, (1), Jan-Feb. 1998, p. 1, 7.

*archival managers is to understand the changing nature of their institutions' assets and provide the appropriate training and support for the staff who are charged with the survival of those assets*<sup>12</sup>.

## **Um Plano Nacional de Microfilmagem: problema colectivo**

No âmbito da transferência de suporte, para as bibliotecas e arquivos portugueses falta fazer muita coisa. A primeira que aqui se pode enunciar prende-se com o conhecimento exacto da condição física das colecções de documentos gráficos: livros, jornais, desenhos, cartografia ou iconografia. Não basta ter uma noção de que a situação é grave e perigosa. Há que saber com clareza afirmar qual a percentagem de documentos a precisar de intervenção e saber distinguir esta parte daquela que já não está em condições de sofrer uma intervenção. Saber quantos documentos para propor intervenções quantificadas do ponto de vista financeiro. Saberiam os cidadãos, saberiam as entidades públicas. Na etapa seguinte, a responsabilidade passa a ser muito mais de quem decide e distribui os orçamentos do que daqueles que diariamente têm de gerir as colecções ou o que resta delas. Para além dos números, urge também saber destrinçar os documentos: os que valendo como artefactos exigem ser preservados, os que mesmo indo ao laboratório de restauro pelo seu significado exigem que o conteúdo intelectual seja transferido, e os outros que deverão, ou poderão, sofrer um tratamento de desacidificação em massa.

Cumprir um programa assim tão global parece impensável pelos recursos humanos, técnicos e financeiros subjacentes. Então, há que escolher e essa terrível opção cabe aos bibliotecários e arquivistas.

Entre as muitas etapas a percorrer aquela que parece mais urgente, logo a seguir à caracterização das nossas colecções, tem a ver, na minha opinião, com a cooperação a estabelecer entre as várias bibliotecas portuguesas (omito aqui deliberadamente os arquivos porque sendo a natureza dos fundos diferente a cooperação deverá colocar-se noutros termos). A que colecções é que vamos garantir a transferência do conteúdo intelectual? Quem tem o quê? Quem faz o quê? Estas são questões de política de gestão de

---

<sup>12</sup> Abby SMITH, «Preservation in the future tense», *CLIR ISSUES*, (3), May-Jun. 1998, p. 1, 6

coleções e, possivelmente, serão necessárias muitas reuniões e encontros para se conseguir um entendimento terminológico, um consenso quanto aos fins, uma partilha de responsabilidades, uma divisão de funções.

Sentimos todos que é urgente avançar para uma reunião e discutir o que queremos fazer, se vamos recorrer à digitalização ou à microfilmagem. Como é que vamos fazer, onde é que arranjamos o financiamento? Estas são questões difíceis mas não nos devem desmoralizar porque também temos factos positivos neste cenário. Quais são eles? A existência duma base de dados com implantação nacional, reflectindo já um bom quinhão do património bibliográfico que por aí existe; um inventário do património bibliográfico em marcha e que pode muito bem acrescentar-se às existências da PORBASE; uma legislação em fase de ultimateção e que, a médio prazo, poderá vir a contemplar estas preocupações sobre a transferência do conteúdo intelectual dos documentos. A seguir, e não menos importante, as questões técnicas. Como se faz? Quem faz? Quem sabe fazer? Claro que são todas questões ponderosas que vão envolver técnicos e políticos por largo tempo mas esta não pode ser a desculpa para ignorarmos o problema. Se o primeiro passo não partir dos profissionais directamente relacionados com as coleções, quem é que vai sugerir uma acção imediata, concertada e sistemática que contorne o problema da deterioração do papel? A mim parece-me que podíamos, nós profissionais, fazer daquilo que nos enriquece, ainda que fragmentado, um bom motivo para nos fortalecermos. Já vai sendo tempo.